



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DÉBORA BASÍLIO DA SILVA GONÇALVES

**COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA (CNV) COMO PRÁTICA
ORIENTADORA NA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**

BRASÍLIA
DEZEMBRO DE 2023

DÉBORA BASÍLIO DA SILVA GONÇALVES

**COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA (CNV) COMO PRÁTICA
ORIENTADORA NA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Graduada no curso de Graduação em Pedagogia da Universidade de Brasília.

Orientadora: Profa Dra. Viviane Neves Legnani

BRASÍLIA
DEZEMBRO DE 2023

“Não sei se a vida é curta ou longa para nós, mas sei que nada do que vivemos tem sentido, se não tocarmos o coração das pessoas. Muitas vezes basta ser: colo que acolhe, braço que envolve, palavra que conforta, silêncio que respeita, alegria que contagia, lágrima que corre, olhar que acaricia, desejo que sacia, amor que promove. E isso não é coisa de outro mundo, é o que dá sentido à vida. É o que faz com que ela não seja nem curta, nem longa demais, mas que seja intensa, verdadeira, pura enquanto durar.”

(Cora Coralina)

RESUMO

O presente trabalho se refere à profissão de Orientação Educacional no Brasil, mais especificamente no DF. A reflexão que ora buscamos partilhar traz como ponto de partida os estudos de Grinspun (2003) acerca da profissão, relatos e diálogos bibliográficos de seu percurso, de sua história no Brasil para então discutirmos sobre um relato de experiência em uma escola pública no DF. Alguns questionamentos nos surgem de antemão: O que é Orientação Educacional? Quem é o profissional orientador educacional? Como se deu seu percurso ao longo de sua existência? Tentaremos respondê-las ao longo deste trabalho, ressaltando suas perdas e conquistas. A experiência com base em minhas observações dentro de uma instituição pública do Distrito Federal nos revela a potência da Comunicação Não Violenta (CNV) criada por Marshall B. Rosenberg, pois sua utilização impacta as experiências e relações escolares.

Palavras-Chave: Orientação; Educação; Comunicação; Violência; Cultura; Paz.

ABSTRACT

The present work refers to the profession of Educational Guidance in Brazil, more specifically in the DF. The reflection that we seek to share now takes as a starting point the studies of Grinspun (2003) about the profession, reports and bibliographic dialogues about his career, his history in Brazil, so that we can then discuss an account of his experience in a public school in DF. Some questions arise beforehand: What is Educational Guidance? Who is the professional educational counselor? How did your journey unfold throughout your existence? We will try to answer them throughout this work, highlighting their losses and achievements. The experience based on my observations within a public institution in the Federal District reveals to us the power of Non-Violent Communication (NCV) created by Marshall B. Rosenberg, as its use impacts school experiences and relationships.

Keywords: Orientation; Education; Communication; Violence; Culture; Peace

SUMÁRIO

MEMORIAL	6
INTRODUÇÃO	8
1. CAMINHOS PERCORRIDOS PELA ORIENTAÇÃO NO BRASIL ATÉ A ATUALIDADE	9
1.1 Considerações importantes à compreensão do histórico da orientação no país	9
1.2 Atividades destinadas aos orientadores no Distrito Federal	17
1.2.1 Organização do trabalho da orientação educacional em níveis no Distrito Federal	18
1.3 Cultura de paz nas instituições públicas do DF	22
2. A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA (CNV) E SUA IMPORTÂNCIA NAS ESCOLAS	25
3. RELATO	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	34

MEMORIAL

Quero começar trazendo um pouco sobre a minha trajetória e depois dizer por que escolhi falar sobre a importância da comunicação não violenta como prática orientadora dentro das escolas públicas. Sou a Débora, tenho 23 anos, fui atuante como professora temporária na rede pública do Distrito Federal em 2022 e 2023.

Antes disso, fiz alguns estágios, onde pude descobrir o que era pedagogia de fato, na prática, e acabei me encantando com a orientação educacional durante minhas vivências no ambiente escolar. Mas antes de adentrar no meu percurso como educadora, quero destacar a importância da observação e como a mesma pode nos transformar por dentro e nos fazer evoluir em nossas práticas como profissionais, então desde já, diante ao meu exemplo, deixo aqui este conselho, quando encontrar alguém que trabalhe com paixão e comprometimento, aprenda o máximo que puder com este ser, pois foi isso que fiz ao trabalhar com uma orientadora que me despertou a vontade de realizar esse estudo.

No entanto, na minha primeira experiência com a pedagogia na rede pública do DF, tanto como estagiária como professora pude observar muitas coisas e irei trazê-las em meu relato mais para a frente conversando com o tema deste trabalho para tornar mais palpável como a orientação dentro das instituições pode ser eficiente na convivência do ambiente escolar, o tornando mais compassivo e saudável.

Quero mencionar que sou de uma família de professores, minha mãe é pedagoga e minha prima também, creio que ao estar inserida neste meio, fui motivada muito cedo a ingressar na pedagogia, porém, durante meu curso na Unb me perguntei algumas vezes se realmente era o que queria, pois era difícil conseguir me visualizar atuando na educação estudando apenas a teoria, pois apesar de ter o estágio obrigatório, algumas disciplinas poderiam ser mais práticas para trazer ao graduando uma visão mais realista do que realmente se passa no cotidiano escolar de fato. Outro ponto que me desestimulou no percurso como estudante foi a questão da desvalorização dos profissionais da educação, pois, como sabemos, é uma profissão essencial à sociedade, mas que necessita de um olhar mais atento quanto a sua valorização por parte do poder público, mas isso, é assunto para outro momento. O que quero dizer é que sabia e sei desse cenário, entende? Então isso me desencorajou em alguns momentos, não vou mentir.

No entanto, quero frisar que ao ir para prática, vi as inúmeras possibilidades que existem dentro da educação e para a educação, entre elas, a Orientação Educacional foi a área que mais chamou minha atenção, isso explica meu entusiasmo para realizar meu trabalho final de curso trazendo a Orientação Educacional como profissão essencial para educação, com foco na comunicação não violenta desenvolvida por Rosenberg (2006) e que durante minha caminhada vivi a teoria dentro de sala de aula em contato com os estudantes e que pude observar também no comportamento de uma orientadora da rede pública que irei comentar em meu relato de experiência.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz reflexões que possibilitam ao leitor compreender a Orientação Educacional como uma profissão de grande relevância para as escolas e para os estudantes, principalmente das escolas públicas. Algumas questões norteiam este trabalho: O que é Orientação educacional? Qual é a sua história? Quais as diretrizes de atuação no DF? Qual a relevância desse profissional no enfrentamento à violência nas escolas? Assim, o objetivo geral deste estudo é pesquisar a profissão de Orientação Educacional e a sua vertente que se traduz em ações voltadas para uma cultura de paz nas escolas por meio da Comunicação Não Violenta (CNV).

Importante pontuar que para alcançar os objetivos propostos, este estudo teve como metodologia a utilização de uma pesquisa bibliográfica para contemplar os caminhos percorridos pela Orientação até os dias de hoje. Também far-se-á uma pesquisa bibliográfica sobre a Comunicação Não Violenta (CNV). O interesse por essa temática surgiu pelas observações feitas na rede pública do Distrito Federal onde a atuação de uma orientadora educacional mostrou ser efetiva para prevenir a violência em uma instituição pública do Distrito Federal. Como estudante do curso de Pedagogia, a Orientação Educacional me fez refletir sobre o ser humano e suas relações, além disso, me fez perceber como educadora como a profissão é intrínseca à educação.

1. CAMINHOS PERCORRIDOS PELA ORIENTAÇÃO NO BRASIL ATÉ A ATUALIDADE

Grinspun (2003, p. 17-27) elenca de forma didática os momentos da profissão, classificando, nomeando e caracterizando-a em períodos, da década de 1920 até a década de 1990.

Para dar início à escrita da história da Orientação no Brasil, este estudo começará pelo período classificado como “implementador”, de 1920 a 1941. Perdurando por pouco mais de duas décadas, a profissão se associa com a Orientação profissional uma vez que era intenção tornar o ensino profissional obrigatório no país.

O segundo período, também com duração de quase duas décadas, de 1942 a 1960, foi nomeado como funcional e institucional, caracterizado pela presença e constância da profissão na legislação do país. Há neste momento um planejamento da formação para orientação.

O período seguinte, com duração de uma década, foi classificado como “transformador”. Isso porque nesse período houve o fortalecimento das temáticas relativas à profissão em congressos, seminários e encontros entre pares. Importante ressaltar o enfoque psicológico predominante nos referenciais de suas práticas.

No Período disciplinador que durou de 1971 a 1980, a Orientação passa a estar sujeita a Lei nº 5692/71 e a Legislação dos profissionais da Orientação Educacional passa a dar enfoque ao comprometimento dos orientadores a funções e atribuições voltadas à psicologia.

O quinto período foi chamado pela autora de período “questionador” que se iniciou na década de 80, no qual a profissão é tida como importante instrumento de questionamento, críticas e transformação social. A educação nesta década é vista como um ato político, e a realidade do aluno deve ser considerada e incluída em seus processos de ação e reflexão.

A partir da década de 90, a Orientação adentra o período “orientador”, em que centraliza o aluno como centro de suas atenções e também de todo o processo educacional.

1.1 Considerações importantes à compreensão do histórico da orientação no país

Ao falar sobre como a Orientação Educacional foi vista em diferentes períodos históricos, é importante dizer que o momento da constituição da identidade da Orientação

Educacional para Grinspun (2003), pode ser nomeado como caixa preta, pois para a autora “há uma indefinição quanto ao que se pretende da Orientação aliada a uma intensificação, perfeitamente observável ao longo de sua trajetória” (Grinspun, 2003, p. 15).

Grinspun ainda explica que:

A Orientação era caracterizada, sempre, como um processo, uma ação, um método, um trabalho cujos objetivos diretos eram apresentados como: o aluno e sua personalidade, o aluno e seus problemas, o aluno e suas opções conscientes; e cujos objetivos indiretos diziam a respeito do desenvolvimento das potencialidades, à auto realização nas esferas familiar, pessoal escolar e social, a resolução de problemas e ajustamento dos alunos. (Grinspun, 2003, p. 15).

A autora relata aspectos importantes, ao dizer que a Orientação será uma caixa preta enquanto a própria educação for considerada, pois sabe-se da importância da educação e da discussão da mesma considerando seu processo e seus índices, mas ao mesmo tempo, não há um desejo ou iniciativa política para solucionar e enriquecê-la. (Grinspun, 2003, p. 16.)

Antes de adentrar nos acontecimentos que ocorreram ao longo da história da Orientação no Brasil até aos dias atuais, cabe ressaltar que a Orientação na atualidade mostra uma postura questionadora e que busca uma educação crítica e consciente.

Mas onde e como surgiu a Orientação? O surgimento da Orientação se deu no Brasil em um momento de forte crise social e política no ano de 1920. Para Antunes: “a Orientação Educacional surge neste momento, pautada em pressupostos psicológicos, objetivando aconselhar e orientar os estudantes para o mercado de trabalho” (Antunes, 2022, p. 37). Neste período o papel do orientador era realizar testes vocacionais, esses testes serviam para ajustar os indivíduos segundo suas aptidões. A Revolução Industrial justificou por meio da tendência tecnocrata as ações da Orientação Educacional que estavam ligadas à Orientação profissional.

Diante disso, vale trazer que Grinspun (2003), aborda que quando Orientação estava sendo implementada, havia uma romantização da profissão como ferramenta capaz de resolver sozinho todos os problemas dos alunos e até mesmo os problemas que envolvessem diretamente ou indiretamente esses educandos. A autora diz que a palavra chave para resumir esse período poderia ser ajustamento, pois havia neste contexto “um “modelo” de estudante, de filho, de irmão, de colega que deveria ser atingido e conquistado” (Grinspun, 2003, p.16).

Antunes, em suas palavras, aborda que:

No atendimento à demanda social da época. Com o passar do tempo – da década de 1920 até a atualidade – a Orientação Educacional mudou o enfoque, e os objetivos iniciais (que estavam cunhados na dimensão psicológica com atendimento individualizado, na tentativa de ajustar o sujeito às demandas da escola, da família e da sociedade) voltaram-se para uma Orientação participativa. (Antunes, 2022, p 51.)

A autora, ao trazer esses aspectos, mostra que houve ao longo da história inseguranças que contribuíram para a ausência de uma definição sobre a orientação:

Quando se fala em Orientação Educacional, inúmeros conceitos vêm à tona, dependendo da fundamentação, ou do posicionamento que se tem a respeito da área. Paralelamente a este quadro há a postura dos próprios orientadores que, através de suas práticas, foram revertendo o significado da Orientação de acordo com o desenvolvimento da sociedade. (Grinspun, 2003, p. 15)

Segundo Grinspun (2003), a Orientação Educacional, ao longo de sua trajetória foi muitas vezes confundida meramente como um conjunto de técnicas e procedimentos a serem utilizados pelos orientadores para resolução de problemas dos alunos, o que foi gerando desconfiças de difícil reparação à profissão. A autora esclarece que “havia uma predominância nas exigências ao cumprimento das tarefas de Orientação, em vez de percebê-la como parceira do projeto político-pedagógico desenvolvido na escola” (Grinspun, 2003, p. 14). Tal afirmativa denuncia uma prática voltada a interesses que não dialogavam com as necessidades reais e cotidianas da escola, assim como a problematização e reflexão sobre seus processos.

É neste momento que a profissão começa sua mudança, questionando seu papel frente ao que estava acontecendo. Neste contexto, foi dada à Orientação a responsabilidade de assumir problemas inerentes à escola, por exemplo, confrontos e conflitos dentro da instituição escolar que ninguém estaria disposto a de fato resolver, levando a Orientação a um lugar de relevância que contribui positivamente à sociedade, que ao se desenvolver atribuiu a Orientação novos significados, e cabe dizer que nesse sentido a prática dos orientadores contribuíram diretamente nesse processo.

Diante desses fatores, novos significados foram atribuídos à profissão, incluindo referenciais para além da psicologia e atendendo alunos coletivamente, desconstruindo o viés psicologizante e individualista da profissão.

Para Grinspun (2003), frente a esse momento importante em que ocorriam reflexões sobre a prática orientadora, houve inicialmente um excesso de idealização sobre ela a partir da crença de que a Orientação poderia auxiliar nos problemas que eram vistos como localizados nos alunos, tanto os problemas pedagógicos como aqueles voltados a outras dimensões. Nesse

momento, o ajustamento dos alunos à escola e à sociedade a partir de um modelo determinado era o maior desafio lançado ao profissional. Além disso, Grinspun também explica que a atribuição de ter de lidar com os conflitos na escola implicava em sua eliminação, o que é impossível do ponto de vista das relações humanas, trazendo para a profissão uma tarefa difícil de atender.

Sobretudo, cabe dizer que essa fase foi marcada pela ditadura militar, onde a educação seria a grande responsável pelo desenvolvimento do país. Para tanto, houve o silenciamento dos alunos por meio da proibição da participação em grêmios, associações estudantis e movimentos sociais que eram vistos como ameaças dentro do ambiente escolar. Nesse sentido, a Orientação foi de grande ajuda dentro da escola.

Grinspun (2003) traz uma lembrança interessante vivida por ela, no período da ditadura militar, que mostra como era considerado um desafio propor atividades numa visão crítica e democrática. A autora fala que ao produzir uma peça chamada “Nosso Hair” no Colégio Estadual Ferreira Viana, seu objetivo era dar voz ao aluno dentro da escola. Ela relata que na época foi difícil, mas não impossível, pois se tratava de um trabalho interdisciplinar que envolvia professores na formação do aluno. Neste momento, a autora constata a possibilidade transformadora da profissão. A prevenção se transforma em realização, segundo ela.

A autora assim descreve como se dava a Orientação de forma preventiva que se transformara em realização por intermédio das ações dos orientadores:

A Orientação estaria sempre atenta, vigilante, esclarecendo objetivamente as situações emergenciais para que não ocorressem mais. Na realidade, a objetividade procurava esclarecer, mostrar de forma transparente a necessidade de dominar determinados conceitos, normas, padrões, para que não houvesse “problemas” ou desacertos, posteriormente. (Grinspun, 2003, p.16)

Quando aparece a obrigatoriedade da Orientação na lei? Grinspun (2003) responde a esta pergunta, pontuando que entre 1971 e 1980 surge a obrigatoriedade da profissão nas escolas do país e que se deu por meio da Lei nº 5692/71, e nesse momento a Orientação passa a representar um papel de aconselhamento vocacional. Durante este período, a Orientação quer fazer com que os orientadores reflitam e questionem suas práticas pedagógicas, porém, Grinspun (2003) aponta que o momento foi marcado por contradições nas práticas profissionais. Segundo a autora: “Apesar de a diretriz da Orientação assinalar para uma visão

mais sociológica e coletiva, a legislação dos profissionais da área compromete-os com atribuições e funções voltadas para a psicologia”. (Grinspun, 2003, p.19)

No entanto, foi em meio a essas contradições que os orientadores educacionais buscavam o real significado da profissão, mas esbarravam naquilo que era determinado por leis e decretos.

Reforçando ainda as intenções do seu real significado, a teoria pedagógica crítico-reprodutivista dá sua contribuição. Para Saviani:

A visão crítico-reprodutivista desempenhou, pois, um papel importante na década de 1970. Suas análises constituíram-se em armas teóricas utilizadas para fustigar a política educacional do regime militar, que era uma política de ajustamento da escola utilizada como instrumento de controle da sociedade visando perpetuar as relações de dominação vigentes. (Saviani, 2013, p. 397).

Diante destas novas teorias, Grinspun (2003) afirma que a escola percebe-se como reprodutora do sistema social. A autora ressalta a importância da compreensão do que se passava no “eixo social” pelo orientador para depois levar esse entendimento para o interior da escola por meio de uma postura crítica. É essa problematização que viabiliza o questionamento do papel político da escola: deveria o espaço escolar contribuir para a exclusão e opressão, ou promover ações emancipadoras?

Surgiram, ainda na década de 70, teorias pedagógicas críticas reprodutivistas que tiveram início na Europa, principalmente na França, pelos autores: Althusser; Bourdier e Passeron, oportunizando outras escolhas pelos profissionais da Orientação Educacional diferentes de posturas centradas na reprodução das desigualdades sociais.

“Surge uma lei que obriga a profissionalização do ensino, mas existe uma enorme dificuldade em lidar com esse fato novo, desde a falta de recursos materiais para sua efetivação até a formação de profissionais para sua realização”. (Grinspun, 2003, p. 19).

Grinspun (2003), diz algo interessante sobre o que de fato ocorreu com a profissão. A Orientação Educacional aparentemente ajudava o estudante a escolher sua profissão, mas no fundo ele não tinha tanta escolha assim na medida em que era orientado e direcionado à ocupação de funções estratégicas de acordo com sua classe social. A autora fala sobre a existência de muitos impasses e mudanças nos projetos que sempre traziam a Orientação Educacional como responsável por orientar os educandos em suas escolhas acerca da profissão. Grinspun explica que é:

“Interessante observar que em todo momento a Orientação que deveria realizar aconselhamento vocacional em cooperação com a família, escola e sociedade, na realidade o que realizou foi uma informação profissional”. (Grinspun, 2003, p. 20)

Ao final da década de 70, os orientadores educacionais foram vistos como ingênuos por muitas vezes não terem clareza de seu papel e acabaram por ouvir inúmeras críticas referentes às suas práticas, incluindo a de serem culpados pela fragmentação do trabalho escolar, pois a Orientação neste período não atendia às expectativas, não solucionando todos os conflitos que a própria escola ou a sociedade não conseguiam resolver.

Neste momento, foi dada importância às classes populares em busca da recuperação da escolaridade enxergando neste contexto a estrutura interna da instituição escolar como um dado que foi considerado relevante para o desempenho dos estudantes, quando isso acontece, a autora aborda que a Orientação estava dentro da escola mas ainda não tinha se dado conta de seu papel (Grinspun, 2003, p. 20).

A Orientação Educacional sofreu questionamentos e mudanças relativas às suas práticas e também relativos à formação. Diante disto, os orientadores foram em busca de respostas nas pautas sociais e políticas para estas questões por intermédio de seus órgãos de classe, como a Federação Nacional dos Orientadores Educacionais (FENOE). Esse movimento, ocorrido a partir da década de 1980, foi marcado por grandes modificações que conseqüentemente refletiram na educação para tornar a escola e o trabalho da Orientação mais crítica e consciente.

Embora ainda vigorasse no país a ditadura militar, houve a realização de cursos juntamente com supervisores escolares. Essas práticas estavam voltadas para o currículo, caracterizados como cursos de reciclagem direcionados para o currículo como eixo condutor do trabalho, neste sentido, os orientadores passaram a buscar neste momento, participar do planejamento, se tornando protagonistas no processo educacional, discutindo os objetivos, os procedimentos, as estratégias, os critérios de avaliação, com o objetivo de atender da melhor forma os alunos. Segundo Grinspun, é nesse momento que:

“O orientador deseja trazer a realidade do aluno para dentro da escola e, portanto, começa a discutir suas práticas, seus valores, a questão do aluno trabalhador, enfim, o seu ‘mundo lá de fora’”. (Grinspun, 2003, p. 21)

Grinspun (2003) continua trazendo relatos essenciais para a compreensão deste período. Segundo a autora, acontecia a discussão acerca das funções dos orientadores nos campos de consultoria, assessoria e coordenação. Em seguida, consoante a essas reflexões,

Grinspun cita Libâneo (1984), trazendo sua proposta, onde o autor traz a profissão através de uma perspectiva crítica, dentro de sua teoria chamada crítico-social dos conteúdos, que visa a transformação da sociedade.

Muitas mudanças ocorreram nessa fase da orientação, por exemplo, o fortalecimento da relação dos orientadores com os demais profissionais da educação, demonstrando mais organização e objetividade nos sindicatos. Dentre os muitos aspectos relevantes do movimento que a profissão vivenciava, está o desvelamento do compromisso da Orientação com a política e o pedagógico dos educandos, como aborda Grinspun, através do qual todo ato da Orientação passou a ver a educação como ato político.

Nesse contexto, a Orientação não está mais voltada ao ajustamento dos alunos à sociedade, mas voltada às transformações sociais, para preparar o educando para enfrentar desigualdades. Contudo, ainda estava presente a discussão voltada ao trabalho. Não se falava em aptidões individuais como sendo o caminho, mas trazia-se o significado do trabalho como instrumento de mudança.

Grinspun elucida experiências as quais ela vivenciou diante de tantos questionamentos, onde aborda que houve o desenvolvimento de atividades em instâncias intermediárias chamadas núcleos de educação e cultura nas escolas através de uma equipe que ela diz ter sido competente e eficaz. (Grinspun, 2003, p. 21-25)

Cabe trazer o relato de Grinspun (2003), elencando estas cinco ações para que haja a compreensão deste momento importante à Orientação que vivia o Brasil. As atividades foram:

- Centros de Estudo, que tinham como objetivo analisar a atuação dos profissionais da Orientação Educacional dentro e fora dos muros da escola. Houve uma atenção aos casos de evasão escolar, pois foram analisados os índices de repetência, evasão escolar, neste sentido, as questões curriculares também foram analisadas;
- Cadernos de Orientação Educacional: serviam como uma forma de registro do cotidiano dos profissionais da Orientação para relatar suas práticas para assim obter um resgate do processo da Orientação estabelecendo práticas que visam a transformação e o debate sobre temáticas que são essenciais à orientação;
- Projeto Ida às Urnas e Volta às Urnas: O Brasil passa por um momento que demanda dos orientadores que fossem trabalhadas questões ligadas à cidadania, alienação e constituição, para reconstrução da educação política após o período da

ditadura militar. Dentre os pontos que foram abordados pelos profissionais da Orientação está a necessidade de trazer ao estudante a percepção de si enquanto eleitor, incentivando nos educandos a cidadania como um ato político. O papel da mulher na sociedade também foi discutido no projeto, ou seja, o objetivo consistia em trazer a prática dos orientadores para a realidade. O projeto *Ida às Urnas* contou com o apoio do Tribunal Regional Eleitoral, o que é interessante, tendo em vista que era a Orientação articulando com instâncias fora do ambiente escolar.

- **Caderno de classe:** um instrumento que permitiu problematizar a visão de que o orientador é o único responsável pelas questões afetivas e pelos problemas pessoais do educando, oportunizando a reflexão de que todos devem estar envolvidos com os afetos presentes na escola.
- **O Projeto Ecologia e Educação:** considerado rico e grande para o momento, e elogiado pelo Ministério da Educação que quis ampliá-lo a nível nacional, o objetivo do projeto era discutir as relações do indivíduo com o mundo por intermédio de seus significados e interpretações. Segundo Grinspun: “O projeto contava com outros subprojetos que promoveriam, dentro de várias possibilidades, a formação do cidadão, mostrando que a Orientação Educacional também podia ser trabalhada como ecologia humana” e também que “toda prática exercida pela coordenação de Orientação Educacional foi a prática dos próprios orientadores, em especial do Estado do Rio de Janeiro, ao final da década de 80. Mais precisamente, até meados de 1991” (Grinspun, 2003, p. 25).

Para Grinspun (2003, p. 25-17), a extinção da Federação Nacional de Orientação Educacional (FENOE) em 1990 aconteceu como uma tentativa de fortalecer a unificação dos trabalhadores da educação (CNTE), e foi considerada precipitada por Grinspun que aborda que não havia necessidade de extinguir o órgão, pois os mesmos eram complementares entre si. Diante a esse acontecimento, no ano de 1994, surgiram dúvidas e inseguranças sobre a continuidade da orientação. No entanto, via-se também neste período a Orientação como essencial e vinculada à educação e por isso não deixaria de existir. O aluno passou a ser visto como sujeito da educação e o sujeito e objeto da orientação.

Outro ponto importante foi a compreensão de que o desenvolvimento científico e tecnológico precisa da “humanização” trazida pela orientação. Percebeu-se que a Orientação

era intrínseca às mudanças sociais, considerando que ela pode ser ferramenta para lidar com o novo, considerando novas linguagens e novas realidades.

Cabe ressaltar que a educação estará sempre em busca da melhor forma de trabalhar a prática pedagógica, e para isso precisa entendê-la; nesse sentido, a Orientação é vista como mediadora que auxilia nesse diálogo entre educação e desenvolvimento da prática pedagógica por possibilitar que o estudante leve para o ambiente escolar suas realidades. Nesse contexto, há a atenção a importância de buscar por diálogos que sejam articulados pelo trabalho da Orientação em prol de um ser humano mais humano e mais justo, buscando sempre atender ao educando interpretando o em seu contexto, além disso, sabe-se que os conflitos fazem parte da vida e a Orientação servirá como instrumento que trabalhe para evitar esses conflitos, e mais que isso, mediar os mesmos, para que haja entre todos os autores do ambiente escolar diálogos que solucionem e não causem só mais desentendimentos (Grinspun, 2003, p. 25-27).

Grinspun diz algo tocante a este momento:

Lembre-mos que a vida é repleta dessas contradições e conflitos, mas o homem vive e sobrevive com o pensamento, a linguagem, os valores e os sentimentos. A Orientação quer caminhar junto nesta direção, refletindo que o mesmo homem que pensa e age é o que sente e se emociona. (Grinspun, 2003, p. 27).

1.2 Atividades destinadas aos orientadores no distrito federal

As atribuições e a caracterização do trabalho dos orientadores educacionais do Distrito Federal estão presentes na Orientação Pedagógica da Orientação Educacional Secretaria (OP, 2019). O documento aponta a profissão como um caminho de melhoria da educação no sentido da garantia dos direitos dos estudantes. Para tanto, necessita da articulação com as seguintes instâncias: a unidade escolar, a família e a comunidade. Importante mencionar que a OP é um documento recente, publicado em 2019, e possui uma perspectiva ampla da orientação, norteando o trabalho dos orientadores de acordo com as modalidades existentes na educação básica, considerando o contexto do Distrito Federal e seus documentos base, por exemplo, o "Currículo em Movimento" e seus fundamentos teóricos voltados para uma abordagem crítica da educação, juntamente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que estabelece as diretrizes para a educação em todas as instâncias do sistema educacional brasileiro. Essa integração contribui para a construção de um ambiente educacional mais alinhado com as necessidades e desafios específicos de cada região e do país.

A OP da Orientação Educacional destaca algumas características que são essenciais para tornar sua ação eficiente, tornando-se instrumento que visa salvar destinos e garantir os direitos dos estudantes frente às diversas dificuldades enfrentadas em seus caminhos.

A escuta ativa das questões que são trazidas pela comunidade escolar é mencionada sob a justificativa da essencialidade do diálogo por meio da realização de projetos e pesquisas que possam trabalhar o educando visando seu desenvolvimento global e considerando sua evolução pessoal e social.

A habilidade de orientar as famílias dos estudantes com relação a aspectos pessoais, em seus modos de se relacionarem, nos aspectos emocionais e sociais também é mencionada como essencial.

A análise crítica da realidade em que encontra a escola é apontada como instrumento de elaboração das ações que serão realizadas, pois possibilita o trabalho a partir das demandas dos estudantes.

Vale frisar que é de extrema importância para um profissional da Orientação Educacional saber se comunicar com todas as faixas etárias, pois a comunicação é um fator que impacta positivamente ou negativamente a ação do orientador. Nesse sentido, dominar a habilidade da comunicação é necessário na profissão, pois é preciso saber se comunicar e articular com todos os segmentos que fazem parte da escola e com demais instâncias internas e externas para garantir ao estudante que ele será atendido e acompanhado no que necessitar.

Diante disso, para finalizar esses aspectos que são necessários à postura profissional do orientador, vale trazer a responsabilidade ética que esse profissional deve adotar ao receber informações dos estudantes, da família e da escola, evitando a exposição dos mesmos. Contudo, não pode faltar o conhecimento: o orientador educacional precisa tê-lo para agir de maneira estratégica ao intervir e mediar conflitos.

Tendo em vista as características que um profissional em exercício na Orientação Educacional precisa ter, pode-se dizer que a ação educacional precisa englobar toda a comunidade escolar, com o intuito de ampliar seu olhar acerca de seu trabalho. É importante destacar que o Distrito Federal prioriza a educação básica em todas as etapas e modalidades com infinitudes de ações para abraçar a educação como um todo.

A Orientação Pedagógica da Orientação Educacional divide suas ações da seguinte maneira: educação infantil; ensino fundamental (anos iniciais; ensino fundamental anos)

finais; ensino médio; educação de jovens e adultos (EJA); educação em tempo integral; educação especial e educação no campo.

O presente documento também discorre sobre ações na escola parque, pensada por Anísio Teixeira na fundação de Brasília. A escola parque baseia-se no princípio de que a educação estende-se, como dito no documento, para fora da escola. A OP comporta também os centros interescolares de línguas, que foi fundado em 1975, idealizado pela professora Nilce do Val Galante, propondo uma educação moderna de língua estrangeira.

1.2.1 Organização do trabalho da Orientação Educacional em níveis no distrito federal

A Orientação Educacional está presente na SEEDF nos níveis: central, intermediário e local. O entendimento sobre a divisão dessas frentes é essencial para visualizar de fato quais são as ações desenvolvidas nas instituições do DF, tendo em vista a vasta quantidade, e será descrito sucintamente como são distribuídas nos níveis citados.

O nível central possui vínculo com a Subsecretaria de Educação Básica - SUBEB, a Orientação neste nível possui uma equipe com pedagogos (as) e orientadores (as) educacionais com o intuito de desenvolver ações. São elas:

- O direcionamento e fortalecimento da identidade da Orientação Educacional no aspecto técnico-pedagógico;
- A coordenação, acompanhamento e subsídio das ações nos níveis: intermediários e locais;
- A articulação juntamente com o Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE) e com instituições educacionais que são reconhecidas pela SEEDF, com o objetivo de promover ações de educação continuada e capacitar os pedagogos (as) e orientadores (as) educacionais;
- A promoção e integração com outras instituições educacionais para realizar intercâmbio de estudo, pesquisa e de prática pedagógica;
- A participação dos orientadores em formações continuadas nos espaços externos produtores da busca pelo conhecimento e construção dos saberes de acordo com a legislação atual que vise refletir e fortalecer suas práticas pedagógicas;
- A emissão de parecer técnico-pedagógico acerca das discussões e assuntos que são relacionados à Orientação educacional;

- O Desenvolvimento de propostas e a elaboração de documentos que viabilizem a efetiva atuação da Orientação Educacional na rede, em consonância com a política delineada pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal ajustada às necessidades locais.
- A Participação ativa no processo de planejamento dos projetos educacionais em todas as etapas e modalidades de ensino da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.
- A realização de reuniões com coordenadores intermediários no intuito de orientar e aprimorar técnicas pedagógicas e as ações da Orientação educacional;
- O acompanhamento das ações dos orientadores educacionais e pedagogos das Regionais de Ensino e das Unidades Regionais de educação básica;
- A promoção da intersetorialidade para que haja ações conjuntas com as Coordenações, Diretorias e gerências que tenham vínculo com a SUBEB;
- Sugestão e elaboração de diretrizes para implementar políticas públicas voltadas para a Orientação educacional;
- Acompanhamento das dimensões pedagógicas, convênios, contratos, portarias conjuntas e acompanhamento dos termos de cooperação técnica do desenvolvimento de ações ligadas à Orientação educacional;
 - A coordenação e acompanhamento da implantação e implementação curricular da educação básica em atividades que atinjam a Orientação Educacional.

O nível intermediário é composto por coordenadores intermediários. No caso da Orientação Educacional, é eleito aquele que representará o grupo nesse nível. As ações desenvolvidas são:

- A elaboração e apresentação do plano de ação integrado que será executado ao longo do ano letivo para a Unidade Regional de Educação Básica;
- O planejamento, a Realização, a Participação e subsidiação em conjunto com os orientadores (as) educacionais;
- A Comunicação formal e sistemática para às direções das Unidades Escolares com o objetivo de organizar o horário e local para reuniões de articulações pedagógicas;

- O comparecimento e participação das reuniões com o nível central;
- A participação no processo de planejamento e de execução das práticas e atividades que propõem a equipe do nível central;
- A Contribuição com o contínuo desenvolvimento do grupo de pedagogos (as) e orientadores (as) educacionais, fomentando a realização de oficinas, palestras, cursos e outras propostas educativas;
- A Participação de forma ativa em processos de educação continuada em ambientes externos que proporcionem a busca ativa por conhecimento e a construção de saberes, em conformidade com a legislação vigente, com o objetivo de promover a reflexão sobre a prática pedagógica;
- O incentivo da comunicação entre a instância central e a local;
- A promoção da realização de reuniões coletivas e/ou individuais com os gestores das instituições educacionais, com o propósito de esclarecer dúvidas pertinentes aos aspectos técnico-pedagógicos da Orientação Educacional;
- O preenchimento e encaminhamento regular de relatórios detalhados das atividades realizadas durante os encontros de articulação pedagógica com os pedagogos (as) – orientadores (as) educacionais à instância central;
- O Envio mensal dos registros de frequência dos pedagogos (as) – orientadores (as) educacionais relativos aos encontros de articulação pedagógica às Unidades Escolares;
- O apoio às iniciativas dos pedagogos (as) – orientadores (as) educacionais locais, proporcionando esclarecimentos e contribuindo para o processo de planejamento;
- A colaboração de maneira conjunta com os diversos setores da Coordenação Regional de Ensino, concentrando esforços, especialmente, com a Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem, a Sala de Recursos, o Ensino Especial, a Educação Integral, assim como com a Educação para a Diversidade e Direitos Humanos;
- A Coordenação estratégica nas iniciativas da Orientação Educacional em todas as fases e modalidades da educação básica;
- A participação ativa na formação, coordenação e fortalecimento da rede de proteção social.

E no terceiro nível, nomeado como local, o pedagogo (a) – orientador (a) educacional se incorpora de maneira coesa à equipe pedagógica da Unidade Escolar, alinhando suas ações de acordo com o panorama do processo educativo abrangente. Essa integração ocorre sob a perspectiva da Educação para os Direitos Humanos, Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade, com foco primordial na promoção da aprendizagem e no desenvolvimento integral dos estudantes.

Diante disto, cabe trazer com base no Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (2015, Art. 128, p.32), quais são as ações realizadas a nível local:

- I. Participar do processo de elaboração do Projeto Pedagógico – PP da unidade escolar.
- II. Elaborar, anualmente, o Plano de Ação das atividades de Orientação Educacional na unidade escolar.
- III. Participar das coordenações pedagógicas coletivas na unidade escolar visando à organização do trabalho pedagógico.
- IV. Planejar, implantar e implementar as ações da Orientação Educacional na unidade escolar.
- V. Realizar ações integradas à comunidade escolar, considerando os Eixos Transversais do Currículo.
- VI. Discutir, com a equipe e na equipe, o currículo e o processo ensino-aprendizagem ante à realidade socioeconômica do estudante.
- VII. Analisar com a equipe pedagógica as contradições da unidade escolar e as diferentes relações que exercem influência na aprendizagem.
- VIII. Contribuir para as melhorias do processo ensino-aprendizagem na unidade escolar.
- IX. Estruturar o seu trabalho a partir da análise crítica da realidade social, política e econômica do contexto escolar.
- X. Fundamentar sua ação na opção teórica do Currículo da Educação Básica.
- XI. Contribuir na identificação e na reflexão, junto à comunidade escolar, dos fatores que interferem no processo ensino aprendizagem.
- XII. Coordenar o processo de informação educacional e profissional sobre o mundo do trabalho auxiliando na elaboração do projeto de vida do estudante.
- XIII. Supervisionar estágio na área de Orientação Educacional.
- XIV. Participar da identificação e/ou encaminhamento de estudantes que apresentem dificuldades no processo ensino-aprendizagem.
- XV. Apoiar e subsidiar os órgãos colegiados, como Conselho escolar, Grêmios Estudantis, bem como, Associação de Pais e mestres e outros, ou parcerias que necessitem de ação articulada com a Orientação Educacional.
- XVI. Articular ações em parceria com as redes sociais e outros setores da SEEDF.
- XVII. Participar de programas de formação continuada com o objetivo de fomentar a práxis educativa.

XVIII. Elaborar e apresentar relatórios periódicos e fornecer dados dos resultados das ações da Orientação Educacional.

XIX. Emitir parecer técnico sobre assuntos de sua competência.

XX. Participar do processo de conhecimento da comunidade escolar, identificando suas potencialidades, seus interesses e suas necessidades.

XXI. Articular ações junto à EEAA e à Sala de Recursos na promoção de uma Educação Inclusiva a fim de contribuir para a superação de dificuldades de aprendizagem.

XXII. Desenvolver ações de mediação de conflitos, em parceria com a equipe gestora e a equipe pedagógica.

A OP busca de forma didática elencar as atividades que os orientadores devem executar junto aos professores, estudantes e família. Além do mais, são abordadas as metas, ações e os eixos que irão trazer as metas para implementação da Orientação Educacional além das ações institucionais e em rede. Um ponto importante trazido no documento é que a exposição da organização do trabalho pedagógico da Orientação Educacional é realizada de maneira que não esgote as infinitudes de possibilidades das práticas orientadoras.

1.3 Cultura de paz nas instituições públicas do DF

Como visto acima através da OP, são muitas as atividades realizadas pelos orientadores do Distrito Federal, pois a Orientação nesta unidade federativa abraça a educação básica como um todo.

No entanto, a OP (Distrito Federal, 2019, p. 37-38), ao trazer as ações que são desenvolvidas no ensino fundamental, relata que os anos iniciais abrangem do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental e representam o nível de ensino com o maior número de unidades escolares e estudantes atendidos na rede pública de ensino do Distrito Federal. Por essa razão essa faixa educacional é considerada prioritária em grande parte das políticas públicas destinadas à área da educação. Diante disto, é importante dizer que, dentre as ações explícitas no documento com relação às atividades desempenhadas pelos orientadores, a cultura de paz está presente nos anos iniciais e finais como ferramenta essencial na mediação de conflitos para a promoção de um ambiente escolar sadio e que visa a formação integral do indivíduo para a cidadania e o mundo do trabalho. Além disso, a cultura de paz como prática pedagógica no ensino fundamental segundo a OP (2019, p. 36-38) tem como objetivo a convivência cooperativa e solidária.

Para melhor a compreensão acerca da cultura de paz no Distrito Federal, a OP (OP, 2019, p. 14) aborda que de 2007 a 2009 no DF, a área de Orientação Educacional experimentou um fortalecimento notável com a contratação de mais de 500 profissionais. Esse aumento de pessoal ocorreu em um contexto em que a política educacional estava direcionada para o enfrentamento da violência e a promoção da cultura de paz. A OP ainda traz que:

a Orientação Educacional passou a integrar o trabalho pedagógico da instituição educacional e da comunidade escolar na identificação, na prevenção e na superação dos conflitos, colaborando para o desenvolvimento do estudante, tendo como pressupostos o respeito à pluralidade, à liberdade de expressão, à opinião, à democracia da participação e a valorização do educando como ser integral, conforme Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino da Secretaria de Educação do Distrito Federal, de 2007, página 32. (OP, 2019, p. 14)

Neste sentido, para a OP (Distrito Federal, 2019, p. 21-22), a integração da educação com e para os Direitos Humanos, juntamente com a mediação de conflitos, é estabelecida como um guia normativo para a convivência escolar. Essas abordagens não apenas proporcionam aprendizados significativos, mas também facilitam transformações que são elementos cruciais na prática pedagógica dialógica. Essa perspectiva desempenha um papel fundamental na construção de uma cultura de paz, contribuindo para a formação integral dos estudantes e para a promoção de ambientes escolares mais harmoniosos e inclusivos. Neste sentido, é utilizada a técnica da mediação de conflitos enquanto estratégia pedagógica no enfrentamento de violências no ambiente escolar, tendo em vista a problematização dessas situações para promover uma abordagem crítico-transformadora que busca horizontalizar as relações. Essa abordagem, segundo a OP, se apoia na filosofia da cultura de paz, caracterizada por uma interação altamente dialógica, fortalecendo ações individuais e coletivas capazes de contribuir para superar diversas formas de violência.

Além da mediação, a OP explica que há outras estratégias pedagógicas fundamentadas em valores como cooperação, colaboração, generosidade, solidariedade e coletividade que podem desempenhar um papel crucial na prevenção, redução e transformação da cultura de violência. O presente documento explica que a coletividade muitas vezes pode ser alimentada por valores como o individualismo e a competitividade implicitamente presentes em várias regras dos jogos e atividades pedagógicas e que podem acabar sendo reproduzidas de forma inconsciente na dinâmica diária de trabalho.

Portanto é importante ressaltar que a conscientização e a aplicação de abordagens pedagógicas baseadas em valores positivos são essenciais para promover um ambiente escolar

mais saudável e propício ao desenvolvimento integral dos estudantes, sendo assim, a cultura de paz contribui significativamente nesse processo.

2. A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA (CNV) E SUA IMPORTÂNCIA NAS ESCOLAS

Marshall Rosenberg (2006) desenvolveu inicialmente o processo da Comunicação Não Violenta (CNV) em 1963, por ter tido contato com a violência na infância, o fazendo se preocupar com essas questões desde 1943. Rosenberg queria compreender o porquê das pessoas agirem de forma violenta e por isso criou a CNV, que hoje é utilizada não só dentro de instituições escolares como fora, em diversos locais, por exemplo, em clínicas psiquiátricas, igrejas, etc.

O autor da CNV foi aluno de Carls Rogers, precursor da teoria humanista que tinha como objetivo colocar o aluno no centro levando em conta seus sentimentos para além de uma abordagem apenas conteudista, tornando a afetividade importante para a construção do conhecimento.

A história de Marshall foi atravessada por acontecimentos que poderiam lhe causar comportamentos violentos, tendo em vista que passou por momentos humilhantes, porém foi o ponto de partida para criar um método que incentiva nas pessoas compaixão pelo outro e empatia. No livro *Comunicação Não Violenta (CNV)* é relatado que ele foi espancado aos 10 anos de idade por homens brancos por ter sido visto como negro demais, e, logo após, foi novamente espancado pelos negros por ser considerado branco demais. Rosenberg explica que “crescer como pessoa de cor na África do sul do Apartheid, na década de 1940, não era nada agradável, principalmente se você é brutalmente lembrado pela cor da sua pele a cada momento do dia” (Rosenberg, 2006, p. 17).

Diante desses acontecimentos, sua família o enviou para passar um tempo com seu avô quando ele tinha apenas treze anos. Seu avô o ensinou a lidar com seus sentimentos e a desenvolver habilidades emocionais para lidar com tudo que havia passado. Desde então, Marshall passou a pensar em como fazer para evitar comportamentos violentos e a desenvolver empatia mesmo em situações não favoráveis, o que futuramente chamaria de Comunicação Não Violenta (CNV), conceito esse que será utilizado neste trabalho voltado para dentro das instituições escolares como principal ferramenta para trabalhar nos indivíduos suas habilidades de se colocar no lugar do outro, como ouvinte e não como julgador. Muitas ações são realizadas pelos orientadores dentro do ambiente escolar para evitar e solucionar diversos tipos de conflitos e violências, e a CNV se faz necessária para estes profissionais.

Por isso será abordado seu significado voltado à prática do orientador como autor essencial em prol de uma cultura de paz.

Segundo Rosenberg (2006), a CNV o levou a refletir acerca de algumas questões, por exemplo, o que faz uma pessoa se desligar de sua natureza compassiva e se comportar de forma violenta, explorando outras pessoas? O autor também aborda o inverso, trazendo questionamentos sobre o que faz alguém se manter compassivo diante situações ofensivas. Além disso, a CNV pode ser vista através de quatro componentes: observação, sentimento, necessidades e pedidos.

A observação é um ato que precisa acontecer sem julgamentos e avaliações, o ato em si é considerado. Em seu livro, Rosenberg utiliza a canção de Ruth Bebermeyer para que o leitor entenda a diferença entre avaliação e observação:

Nunca vi um homem preguiçoso; já vi um homem que nunca corria enquanto eu o observava, e já vi um homem que às vezes dormia entre o almoço e o jantar, e ficava em casa em dia de chuva; mas ele não era preguiçoso. Antes que você me chame de louca, pense: ele era preguiçoso ou apenas fazia coisas que rotulamos de “preguiçosas”? Nunca vi uma criança burra; já vi criança que às vezes fazia coisas que eu não compreendia, ou as fazia de um jeito que eu não planejava; já vi criança que não conhecia as mesmas coisas que eu; mas não era uma criança burra. Antes de chamá-la de burra, pense: era uma criança burra ou apenas sabia coisas diferentes das que você sabia? Procurei quanto pude, mas nunca vi um cozinheiro. Já vi alguém que combinava ingredientes que depois comíamos, uma pessoa que acendia o fogo e cuidava do fogão que cozinava a carne. Vi todas essas coisas, mas não vi cozinheiro. Diga-me o que você vê: você está vendo um cozinheiro ou alguém fazendo coisas que chamamos de cozinhar? O que alguns chamam de preguiçoso outros chamam de cansado ou tranquilo; O que alguns de nós chamamos de burro para outros é apenas um saber diferente. Então, cheguei à conclusão de que evitaremos toda confusão se não misturarmos o que podemos ver com o que é nossa opinião. E, por isso mesmo, também quero dizer que sei que esta é apenas minha opinião. (Rosenberg, 2006, p. 52.).

Rosenberg (2006) traz a reflexão acerca da observação como ato que não limite o indivíduo observado à avaliações pessoais ou estereótipos criados socialmente, para que a observação possa ocorrer captando o que de fato está ocorrendo e não nomeando os acontecimentos por intermédio de avaliações, pois para ele “classificar e julgar as pessoas significa violência” (Rosenberg, 2006, p. 44). Sabe-se que uma prática pedagógica que classifica e julga os educandos, além de ser considerada violenta por essa perspectiva, influencia o indivíduo negativamente e o desincentiva a aprender, afetando diretamente sua formação e o desestimulando diante ao seu processo de ensino/aprendizagem, além de causar nos estudantes prejuízos com relação a autoestima relacionada ao seu desenvolvimento.

O segundo componente explicado por Rosenberg é o sentimento, aquilo que o indivíduo sente após ter observado a ação: é um sentimento de raiva? Culpa? Frustração? Alegria? Irritação? Após identificar o que o agente está sentindo entra-se com o terceiro componente, que se trata de reconhecer quais são as necessidades que estão ligadas aos sentimentos identificados. Rosenberg (2006) afirma que a CNV tem consciência destes três componentes para usá-los com o intuito de que a comunicação seja honesta e clara com o real estado do indivíduo. Para a melhor compreensão, cabe trazer o exemplo do próprio autor:

Uma mãe poderia expressar essas três coisas ao filho adolescente dizendo, por exemplo: “Roberto, quando eu vejo duas bolas de meias sujas debaixo da mesinha e mais três perto da TV, fico irritada, porque preciso de mais ordem no espaço que usamos em comum”. (Rosenberg, 2006, p. 26).

No exemplo acima, é possível notar claramente esse processo, primeiro a mãe fez uma observação e disse ao filho o que ela sente ao ver a situação, logo depois de identificar o sentimento de irritação, ela expressa sua necessidade dizendo ao seu filho que precisa de mais ordem no espaço em que eles usam em comum. Rosenberg continua explicando quando diz que, ao continuar dialogando com seu filho, ela entraria no quarto componente, nomeado como “pedido”. O autor explica que a mãe ao pedir nesta situação teria que ser específica: “Você poderia colocar suas meias no seu quarto ou na lavadora?” Esse componente enfoca o que estamos querendo da outra pessoa para enriquecer nossa vida ou torná-la mais maravilhosa. (Rosenberg, 2006, p. 26).

Para concluir a explicação do processo da CNV, cabe trazer as palavras do autor Rosenberg acerca destes elementos essenciais:

As ações concretas que estamos observando e que afetam nosso bem estar; Como nos sentimos em relação ao que estamos observando; As necessidades, valores, desejos etc. que estão gerando nossos sentimentos; As ações concretas que pedimos para enriquecer nossa vida. (Rosenberg, 2006, p. 26)

Como visto acima, esses quatro componentes são considerados imprescindíveis na Comunicação Não Violenta (CNV). Porém, Rosenberg enfatiza que estes quatro componentes na CNV precisam estar presentes tanto no momento de expressar honestamente quanto no momento receber do outro através da empatia (Rosenberg, 2006, p. 27).

A CNV pode ser aplicada à vida e ao mundo, e em diversos contextos, porém, este trabalho quer pensar a comunicação violenta dentro do ambiente escolar. Neste sentido, é

importante a reflexão sobre como tem se dado a comunicação nas instituições escolares da rede pública do DF e como esses profissionais estão lidando com os diversos conflitos que podem surgir nas escolas. Pois, na perspectiva da Comunicação Não Violenta (CNV) voltada ao contexto escolar, os educadores e orientadores são instruídos através da filosofia da CNV a ouvir os estudantes por meio de uma interação que estabeleça confiança ao ponto de entregarem o que se passa em seus corações. Para isso, é necessário que o profissional seja compassivo em sua linguagem, despertando, através de uma escuta sensível e profunda, uma ligação com esse estudante ao ponto de florescer naturalmente a compaixão que Rosenberg caracteriza como “se entregar de coração”. Ou seja, é necessário construir nas escolas uma comunicação acolhedora que valorize a entrega mútua entre os profissionais da educação e alunos (Rosenberg, 2006, p. 24).

Vale mencionar que para Rosenberg (2006) a reciprocidade é essencial para estabelecer uma comunicação que faz brotar alegria sempre que se é feito uma ação positiva para o outro: “Quando nos entregamos de coração, nossos atos brotam da alegria que surge e resplandece sempre que enriquecemos de boa vontade a vida de outra pessoa. Isso beneficia tanto quem doa quanto quem recebe”. (Rosenberg, 2006, p. 25).

Contudo, a CNV dentro das instituições públicas quer mostrar que é possível olhar para o outro profundamente, entendendo suas necessidades e sentindo seus sentimentos através da empatia, permitindo com que a compaixão surja naturalmente para que haja no espaço escolar um olhar compreensivo, compassivo e sem julgamentos que evite uma linguagem violenta e desestimuladora.

3. RELATO

Como abordado por Grinspun (2003), ao longo do tempo houve inúmeras tentativas de busca pelo significado da Orientação que temos hoje, a qual Grinspun diz ser crítica e consciente ao considerar o educando como um todo e assim orientá-lo para torná-lo um cidadão ciente de seus direitos. Vimos no histórico da Orientação que essa luta se deu no contexto da ditadura militar, após o movimento Ida às Urnas, onde a Orientação buscava entender o que se passava fora do ambiente escolar para depois levar essas questões para ser debatido dentro da instituição escolar. Nesse sentido a Orientação passou a ver o trabalho além de só aptidões individuais mais passou a considerá-lo como uma ferramenta de transformação social, mostrando ao estudante que ele pode lutar pelos direitos, pois, como vimos, a Orientação está ligada à educação e que por isso nunca deverá deixar de existir.

Para dar início ao meu relato, irei começar falando da atuação de uma orientadora da rede pública do Distrito Federal a qual irei dar um nome fictício de Paula, a atuação desta orientadora é totalmente contrária a uma orientação que não tem significado e exclui os processos vividos pela mesma, pois sua prática está baseada na criticidade, ou seja, Paula realiza um trabalho humano em busca dos direitos dos estudantes, além de diversas funções com o intuito de solucionar embates dentro da instituição e, além disso, seu olhar vai para além dos muros da escola com o intuito de impactar positivamente a vida dos educandos. Mas, tenho uma questão acerca disso, será que todos profissionais da orientação possuem essa postura? Isso é um assunto para conversarmos, pois acredito que ainda há uma luta quanto a essa problemática, tendo em vista que muitos orientadores ainda possuem uma visão limitadora moldando o aluno a escola e sociedade, pois como explicado por Grinspun (2003), o ato de moldar o estudante o faz um reprodutor de desigualdades, sendo assim a autora ressalta a importância de uma prática orientadora que vise considerar o que está acontecendo lá fora e trazer para aquele estudante para que ele possa se tornar um cidadão crítico e não um reprodutor de desigualdades.

Para melhor relatar meu percurso até aqui, quero dizer que, antes de estudar o histórico da Orientação, tinha uma visão de que era uma atuação que possibilitaria o estudante a evoluir em diversos aspectos. Após essa pesquisa posso dizer que a Orientação tem também esse papel, mas que, além disso, a mesma exerce diversas funções na escola com o objetivo de trazer para a realidade o “abstrato” que muitas vezes se perde na rotina escolar devido a

coexistência de indivíduos que enxergam, sentem e pensam de formas diferentes. Ver o processo da CNV que por vezes vi acontecer dentro da instituição pública por meio da atuação da orientadora Paula, me fez sentir esperança e curiosidade quanto aos desafios que são enfrentados pelos orientadores.

Em minha vivência pude observar que Paula estava constantemente buscando referências e participando de reuniões fora da escola para levar para dentro do ambiente escolar suas vivências, compartilhando com os demais profissionais e aprimorando suas abordagens com relação aos alunos. Pude notar que ela estabelecia com os educandos uma relação sadia na qual eles podiam confiar; por vezes vi alguns alunos que eram considerados por certos atores da escola como “aluno-problema” encaminhados a ela e era como se ela tivesse o dom de despertar nesses alunos o melhor deles através de uma comunicação profunda que acolhia em vez de julgá-los, nunca a vi compactuar com ações destes alunos que iam contra as regras que existiam na instituição, pelo contrário, ela dizia a eles o que aconteceu e as consequências que seus atos poderiam gerar, porém sempre com um olhar acolhedor, que automaticamente trazia à tona a compaixão e empatia do estudante para com os outros e para com ela que estava intervindo, pois algo que ela sempre dizia nas reuniões era: “De nada vale a intervenção se não for ensinar algo de fato ao estudante”. Ao ler sobre a CNV criada por Rosenberg (2006), entendi a teoria por trás do comportamento competente da orientadora que em sua prática transborda o real significado da Orientação educacional, pois, como vimos no relato de Grinspun (2003), por muitas vezes a profissão foi vista como uma caixa preta, pois não se sabiam seu significado, o que causava um sentimento de insegurança quanto à prática da Orientação educacional. Diante disso, é relevante dizer que essa transição da Orientação merece ser enaltecida por trazer à comunidade escolar soluções pautadas na compreensão, no respeito e no fator que trouxe neste trabalho, chamado Comunicação Não Violenta (CNV). Ademais, associar o termo caixa-preta à Orientação atualmente é ignorar os caminhos percorridos pela profissão, desconsiderando as transformações internas e externas que sofreu e causou ao longo de sua história.

Ao trabalhar com a Paula, pude aprender muito e o curioso é que eu e ela raramente conversávamos, mas o comportamento por si só da orientadora já ensinava muito, Paula era justa e os alunos a respeitavam, porém ela tinha uma habilidade em sua comunicação que trazia os diferentes perfis de alunos para perto dela, e isso que a fazia tão especial e eficiente em seu trabalho.

Onde quero chegar? Pois bem, ela fazia o uso da comunicação não violenta mas eu como recém profissional na educação não sabia, porém, após estudar a CNV criada por Rosenberg (2006), posso enxergar claramente o por que cada atitude dela voltava de alguma forma a um lugar de compreensão, empatia e justiça. Ao olhar para a atuação da Paula quis estudar o que é orientação, como surgiu e neste caminho me deparei com a CNV e vi que tudo está associado, pois a orientação está diretamente ligada à educação e que ambas precisam enxergar as reais necessidades do aluno para ampará-lo como um ser que observa, sente e que seus sentimentos os levam a necessidades que devem ser transformadas em pedidos que precisam ser ouvidos, seja pelo professor, pelo coordenador, orientador ou sua família.

Dentre as ações de Paula que pude presenciar, a que mais chamou minha atenção e que cabe trazer neste relato, foi quando a orientadora com os alunos do 4º ano realizou uma dinâmica chamada “estações”. Cada estação tinha um comando, por exemplo, em uma destas estações o estudante deveria beber água, na segunda esfregar as mãos, a terceira tirar os sapatos, com isso, após ter passado pelas estações, os estudantes puderam relatar quais foram os sentimentos e sensações que eles sentiram, foi quando eles perceberam que cada um teve sua experiência individual quanto às vivências, pois para um houve o incômodo ao esfregar as mãos, enquanto que para outros foi uma forma de se esquentar. A orientadora explicou aos alunos a importância de identificar as sensações para saber como agir e usou esse mesmo método para mostrar às crianças que cada um sente à sua maneira, ou seja, o que eu sinto não será necessariamente o que o outro irá sentir, e compreender isto é importante para respeitar o que o outro sente, nesta atividade os educandos puderam, através dos cinco sentidos, reconhecer coisas externas e internas voltando a atenção para dentro de si, notando e nomeando o que estavam sentindo em seus corpos.

A profissional terminou sua intervenção na turma fazendo a seguinte questão “ Saber mais sobre as sensações pode ajudar a ser mais feliz e gentil? Quando vocês acham que pode ser útil utilizar essas estratégias? ” O intuito da orientadora foi mostrar aos estudantes como perceber que se encontram em - ou mesmo causam, - situações de conflito ou desconforto, e como mudar a situação, fazendo uma ação que traga sensações boas.

A turma que vivenciou esse projeto com a orientadora era uma turma de 4º ano com muitos conflitos de convivência, porém ao final do ano o desfecho mudou; o trabalho da profissional trouxe resultados que foram perceptíveis pela professora responsável da turma, que a agradeceu no último conselho de classe da instituição.

Podemos notar a partir dos exemplos acima que, para atingir a mudança, é preciso dedicação e apreço pelo que faz, e não julgamentos, ainda que seja muito fácil e conveniente apenas criticar os erros cometidos pelos alunos em vez de pensar soluções que vão além de punir os educandos. Acredito fielmente que este seja o papel da orientação: olhar para o aluno com um olhar compreensivo e pensar em métodos e práticas criativas com o objetivo de despertar o melhor que há em cada estudante. Para isso, nas palavras de Ruth Bebermeyer, "as palavras precisam ser como janelas e não paredes" (Rosenberg, 2006, p. 20).

E antes de finalizar este relato, cabe dizer que, quando atuei como professora pude ter contato com crianças que pensam e agem de formas diferentes, além disso as famílias desses estudantes tinham ascensões sociais diversas, o que me fazia ter um cuidado com relação a forma como me relacionava e trabalhava os conteúdos com esses educandos, pois cada aluno precisava de uma certa abordagem. Dentro de sala, como educadora da rede pública do Distrito Federal também pude exercer a comunicação não violenta, mesmo não a conhecendo naquele momento, quero destacar que, acredito verdadeiramente que para se trabalhar com educação o profissional não pode ser um reproduzidor de violências, seja institucionais quando nega ao estudante seus direitos, sendo assim omissa, ou seja em sua comunicação, pois como vimos neste trabalho, uma comunicação violenta pode causar danos sérios ao ensino aprendizagem dos estudantes. Para concluir, quero elucidar que a atuação da orientadora Paula e minhas experiências até aqui me despertaram curiosidade ao ponto de me aprofundar nesta temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou partilhar e refletir sobre esses momentos para buscar um maior aprofundamento sobre a profissão de Orientação Educacional partindo do processo histórico da profissão no país, das diretrizes de atuação nas escolas públicas no DF e da atuação de uma Orientação referenciada na chamada Comunicação Não Violenta (CNV) para demonstrar a relevância dessa abordagem no ambiente escolar e os maiores desafios enfrentados pela profissão que mesmo sendo extremamente importante ouviu termos como “caixa-preta” a qual Grinspun (2003) diz ter sido pelo fato da Orientação ter tido inseguranças quanto ao seu real significado. No entanto, esse estudo fez questão de trazê-la como um “livro aberto que toca corações”, pois como observado no contexto atual essa transformação leva a Orientação a um lugar onde todos colaboram na escrita deste livro, portanto cada autor tem seu espaço, sua vez e sua liberdade sobre o que irá escrever.

Este estudo traz então que a Orientação, após incansáveis lutas para encontrar seu real significado, busca o sucesso do educando à medida que dialoga com a educação trazendo as realidades dos estudantes para facilitar o processo de ensino aprendizagem, além de orientar os estudantes para construir uma sociedade crítica e consciente, tudo isso por intermédio da Comunicação Não Violenta (CNV) dentro das instituições escolares como meio de enfrentamento às violências nas escolas.

Para finalizar, é importante frisar que a Orientação Educacional no Distrito Federal abarca a educação como todo, propondo ações em todas as etapas e modalidades com base em documentos que leva em conta o contexto específico do Distrito Federal, como o *Currículo em Movimento*, voltado como já descrito neste ensaio, a uma abordagem crítica da educação. Além deste documento, considera-se também, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação a nível nacional, que estabelece diretrizes para todo o sistema de educação do país.

Ou seja, hoje busca-se de forma clara o que se espera da profissão, quanto às suas ações, organização e - por fim e não menos importante, - suas bases teóricas, sendo uma delas, a Comunicação Não Violenta (CNV), referenciada em Rosenberg que leva a profissão a envolver todos os indivíduos da escola em prol de uma educação justa, acolhedora e compassiva.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, C. **Orientação Educacional e o processo de inclusão do público-alvo da educação especial: as experiências do município de Mesquita/RJ**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade rural do Rio de Janeiro, Instituto de Agronomia, Programa de pós-graduação em Educação Agrícola. Seropédica. Rio de Janeiro, p.103. 2022.
- DISTRITO FEDERAL. SEEDF. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**. Brasília, DF. 2015.
- GRINSPUN, M. P. Z. **A Orientação educacional: conflitos e paradigmas para a escola**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- GRINSPUN, M. P. Z. *et al.* **A Prática dos orientadores educacionais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- GRINSPUN, M. P. Z. (org.). **A prática dos orientadores educacionais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- LIBÂNEO, J. C. **Orientação Educacional e emancipação das camadas populares: a pedagogia crítico-social dos conteúdos culturais**. *Prospectiva*. Porto Alegre AOERGS, v. 2, n. 13, p. 19-27, out. 1984.
- ROSENBERG, M. B. **Comunicação não-violenta: Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. São Paulo: Ágora, 2006.
- SAVIANI, D. **Histórias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas,SP: Autores Associados, 2013.